

Planalto avalia prorrogar desoneração da gasolina



Governo dividido. A equipe econômica vê perda de receita de R\$ 3 bilhões por mês caso desoneração seja mantida. A política avalia que aumento pode afetar popularidade do presidente

PRESSÃO NAS BOMBAS

# SAÍDA TEMPORÁRIA

## Govto avalia prorrogar desoneração de impostos na gasolina por 2 meses

MANOEL VENTURA E BRUNO ROSA  
 carolina.nalin@oglobo.com.br  
 BRASIL 110

O governo Lula avalia prorrogar temporariamente, por dois meses, a desoneração dos impostos federais sobre a gasolina e o etanol, que vence na próxima terça-feira. Outra alternativa em análise é subir tributos de forma gradual, seja agora ou mais à frente, segundo integrantes do Executivo.

Como o GLOBO mostrou, a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, defende a volta da cobrança dos impostos, enquanto a área po-

lítica do governo quer a manutenção do tributo zerado. A decisão está sendo analisada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

A área política do governo, composta por integrantes do Palácio do Planalto e parlamentares aliados — como a presidente do PT, Gleisi Hoffmann (PR) —, defende ser necessário encontrar uma fórmula para que os combustíveis não aumentem de uma hora para outra. Isso teria impacto importante nos preços, especialmente para a classe média, podendo prejudicar a avaliação de Lula. O próprio presi-

dente pediu para não haver um repique de preços, segundo integrantes do governo.

Para o governo, essa alta gradual de impostos poderia ser compensada com uma redução do preço dos produtos da Petrobras. A estatal ainda deve demorar para alterar a sua política de preços, que hoje atrela os valores domésticos ao dólar e ao barril de petróleo.

**CONSELHO DA PETROBRAS**  
 Por outro lado, a avaliação é que há margem para reduzir a cotação agora, seguindo a atual política de preços.

A presidente do PT disse

que, antes de falar em retomar tributos sobre combustíveis, é preciso definir uma nova política de preços para a Petrobras.

“Isso será possível a partir de abril, quando o Conselho de Administração for renovado, com pessoas comprometidas com a reconstrução da empresa e de seu papel para o país”, disse ela, nas redes sociais.

“Não somos contra taxar combustíveis, mas fazer isso agora é penalizar o consumidor, gerar mais inflação e descumprir compromisso de campanha”, afirmou a deputada.

Em abril, o governo Lula

conseguirá renovar o Conselho de Administração da Petrobras, na assembleia de acionistas, marcada para o dia 19. O colegiado hoje ainda é formado por indicados por Bolsonaro. Com o novo conselho, o governo consegue mudar uma série de fatores na Petrobras, como a política de preços e a de dividendos.

Colocar em prática uma alteração na política de preços pode exigir ajustes no estatuto da companhia. Fontes do setor afirmam que “não haverá intervenção nos preços”. A cotação internacional deve seguir como referência,

mas levando em conta o preço da produção nacional e da importação.

Lula se reuniu ontem com o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates; o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira; e o secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípulo. Haddad está na Índia, onde participa de reunião de ministros do G20, e volta ao Brasil hoje. Só depois da sua volta é que o assunto terá uma decisão definitiva.

**MAIS ALTO QUE NO EXTERIOR**

Não houve decisão no encontro, mas ficou acertado que a Petrobras vai buscar caminhos para saber o que pode ser feito em relação aos preços dos combustíveis, assim como o próprio governo federal.

Um aumento integral dos impostos sobre combustíveis representaria impacto de R\$ 0,69 por litro de gasolina, enquanto a Petrobras só teria uma margem para reduzir algo em torno de R\$ 0,20.

— Há previsão de aumento de demanda da gasolina. A situação é complexa. Hoje o preço médio da Petrobras está um pouco acima da paridade, mas o viés é de alta no exterior — disse Sergio Araujo, presidente da Abicom.

De acordo com dados da Abicom, a Petrobras vende a gasolina com preço médio 6% (R\$ 0,20) maior no Brasil em relação ao exterior, assim como o diesel, com preço 8% mais alto (R\$ 0,28) ante o cenário internacional.

A desoneração representa perda de receita em momento de restrição fiscal. O impacto para gasolina e álcool é estimado em cerca de R\$ 3 bilhões por mês. Integrantes da Fazenda argumentam que o custo é maior do que os gastos com o reajuste do salário mínimo e da faixa de isenção do Imposto de Renda, somados.

O rombo nas contas públicas previsto para este ano é de R\$ 230 bilhões, número que a equipe de Haddad tenta reduzir — e a volta dos impostos sobre os combustíveis é uma das alternativas para isso.

No começo do governo, Lula editou medida provisória renovando impostos zerados (PIS/Cofins e Cide) sobre combustíveis, regra em vigor pela gestão de Jair Bolsonaro até 31 de dezembro de 2022. Enquanto os impostos sobre gasolina, etanol, querosene de aviação e GNV foram reduzidos no setor afirmam que “não haverá intervenção nos preços”. A cotação internacional deve seguir como referência,

## Economistas veem inflação de 1% em março se tributo voltar

Prévia do índice de fevereiro sobe 0,76%, puxada por educação e habitação

CAROLINA NALIN  
 carolina.nalin@oglobo.com.br

Economistas avaliam que, caso o governo decida voltar a cobrar PIS e Cofins sobre a gasolina e o etanol a partir de 1º de março, a inflação do próximo mês deve subir para 1%. Se o quadro se confirmar, seria a maior variação mensal do índice de preços ao consumidor desde abril do ano passado.

A Abicom, associação de importadores de combustível, espera aumento de R\$

0,69 por litro, no caso da gasolina, e de R\$ 0,24 por litro para o etanol. Esse aumento pode ser mitigado para o consumidor final, porém, caso a Petrobras reduza os preços cobrados nas refinarias.

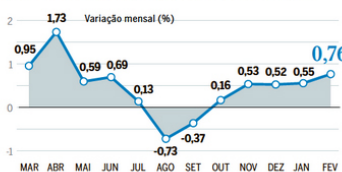
Para Laura Moraes, economista da Neo Investimentos, os preços administrados são o principal fator que pode afetar a inflação. Ela calcula que a gasolina deve subir 15% no ano. Além da perspectiva de volta da tributação de PIS e Cofins, há um debate em torno da re-

composição do ICMS, limitada a 17% ou 18%, dependendo do estado, no ano passado, em meio ao cenário de corrida eleitoral e inflação em alta.

— Acreditamos que essa volta dos impostos federais ocorra em março, o que deve fazer o IPCA desse mês subir 1,15%. A pressão poderia ser ainda muito maior pela perspectiva de aumento do preço do petróleo, mas isso é extremamente impopular e, considerando as decisões do governo até o momento, dificilmente ele entre-

**DESEMPENHO DO IPCA-15**

Em 12 meses até fevereiro, índice acumula alta de 5,63%



Fonte: IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15

gariam todas essas altas. Mas fica esse risco no restante do ano — diz Laura.

Claudia Moreno, economista do C6 Bank, projeta IPCA de 5,7% ao fim de 2023, mas sinaliza que a previsão pode ser alterada caso a desoneração

dos combustíveis se encerre na próxima terça-feira.

— O fim dessa desoneração traria um impacto relevante para o IPCA.

A Petrobras reajustou o preço da gasolina em 7,5% no dia 24 de janeiro, mas parte do va-

lor ainda não se refletiu no IPCA-15 de fevereiro, a prévia da inflação no mês. O indicador, divulgado ontem, mostrou alta de 0,76%. Em 12 meses, o indicador avança 5,63%.

As principais pressões vieram dos grupos Educação e Habitação. O primeiro registrou alta de 6,41%, impulsionado pelos reajustes praticados no início do ano letivo. Após um período de três meses nos preços, durante a pandemia, houve aumentos expressivos, como o do ensino médio (10,29%), fundamental (10,04%), pré-escola (9,58%) e creche (7,28%). Na Habitação, houve alta de 0,63%, influenciada por itens como aluguel residencial e condomínio. A taxa de água e esgoto subiu em razão de reajustes aplicados em Belo Horizonte, Brasília, Fortaleza e Salvador.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

**Seção:** Economia **Página:** 11